

CANTINAS SOCIAIS

Estado paga quase 50 mil refeições por dia a famílias carenciadas

Investigadora fez contas e analisou gastos com a medida. “Importa avaliar o encargo” da mesma quando comparada com outras, defende. Não é a única a reclamar mais avaliação

Ana Cristina Pereira

Em cada dia, de norte a sul do país, quase 50 mil refeições são servidas pela Rede Solidária de Cantinas Sociais. Contas feitas, o Estado paga diariamente 122.560 euros a instituições privadas sem fins lucrativos para garantir que em Portugal nenhuma pessoa fica privada de comer pelo menos uma vez por dia.

Os dados foram fornecidos ao PÚBLICO pelo Instituto de Segurança Social. A 31 de Dezembro de 2014, estavam em vigor 845 protocolos referentes a cantinas sociais, que significavam 49.024 refeições diárias. Os serviços centrais não conseguem dizer, todavia, quantas pessoas delas usufruíam.

A economista Cláudia Joaquim encheu-se de interrogações ao analisar esta medida, que faz parte do Programa de Emergência Social (PES) lançado em 2011 pelo Governo. Quais os critérios de selecção das instituições que assinaram protocolo com o Estado? Como se determinou a comparticipação pública? Como é monitorizada a medida, por exemplo, no que concerne ao número de beneficiários?

Os critérios de acesso parecem-lhe “relativamente genéricos”. Os protocolos que analisou mencionam pessoas desempregadas, com baixos salários ou doenças crónicas, mas não há uma tabela. Cada instituição apura o que é carência económica e decide se determinada família é ou não apoiada.

No entender da economista, a medida deve ser analisada numa “perspectiva de escolhas”. Sem negar o “mérito e a necessidade de uma resposta que vise fazer face a situações críticas e urgentes”, entende que “importa avaliar o encargo desta



O Estado sabe que suporta 49.024 refeições diárias em cantinas sociais, mas não sabe quantas pessoas delas usufruem

medida quando comparada com outras, que visam fim idêntico ou mais abrangente”.

Num artigo (*O terceiro sector, acção social e equipamentos sociais, e a questão essencial para o futuro: que modelo queremos para Portugal?*) escrito para o Observatório sobre Crises e Alternativas, criado pelo Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, estabelece uma compara-

ção com o Rendimento Social de Inserção (RSI), medida que sempre foi encarada “com desconfiança” pelo segundo partido da coligação governamental, o CDS-PP.

600 euros por família

O Estado paga, no máximo, 178,15 euros por titular de RSI; 89,07 por cada um dos outros adultos que existam no agregado; 53,44 por ca-

da criança. Ora, um casal com duas crianças recebe no máximo 374,1 euros de RSI. “Para o Governo, é este o montante mensal necessário e suficiente para uma família com esta composição satisfazer as suas necessidades básicas”, sublinha Cláudia Joaquim, lembrando que os critérios de acesso à prestação são apertados e a medida envolve assinatura de contrato de inserção so-

cial que implica todos os membros.

Já às instituições particulares de solidariedade social (IPSS), o Estado paga 2,5 euros por cada refeição fornecida pelas cantinas sociais. Conforme o protocolo, podem as refeições ser fornecidas até duas vezes por dia, sete dias por semana. Quer isto dizer, nas contas da economista, que uma IPSS pode receber até 600 euros por mês para fornecer almoço e jan- →

CANTINAS SOCIAIS

tar a um casal com dois filhos e ainda cobrar 1 euro por refeição.

A comparação parece tanto mais relevante a Cláudia Joaquim quando a Rede Solidária de Cantinas Sociais “é uma medida prioritária para o Governo” (“passámos de 60 para 850 cantinas”, dizia ainda na quinta-feira, num debate sobre pobreza no Parlamento, o ministro da Segurança Social) e o RSI “tem sido objecto de sucessivas alterações legislativas e procedimentais”, que resultaram numa redução de beneficiários” (ver infografia). A redução foi progressiva: 526 mil em 2010; 448 mil em 2011; 420 mil em 2012; 360 mil em 2013; e eram

210.669 em Dezembro de 2014. O valor médio por pessoa ficava-se pelos 91,84 euros.

A estatística do Instituto de Segurança Social mostra queda noutras prestações sociais não-contributivas. Por exemplo, em Dezembro do ano passado, havia menos de um milhão e 200 mil crianças a receber abono de família – eram mais de 1 milhão e 800 mil em 2010. Nesse mesmo mês, havia 171.378 idosos com Complemento Solidário (quase 247 mil em 2010).

Este recuo, na opinião da economista, não se afigura “justificável num contexto de austeridade, de elevadas taxas de desemprego e de

forte diminuição do rendimento disponível de muitas famílias”. A tendência seria de crescimento de recurso a apoios sociais. Só que os governos, primeiro o liderado por José Sócrates, depois o liderado por Pedro Passos Coelho, optaram por apertar as regras.

Recorde-se que a taxa de desemprego bateu recordes: era 9,5% em 2009, ultrapassou os 16% no final de 2013, está nos 13,4% em Dezembro de 2014, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Reforço das parcerias

Enquanto corta o acesso às prestações sociais, o Estado reforça a par-



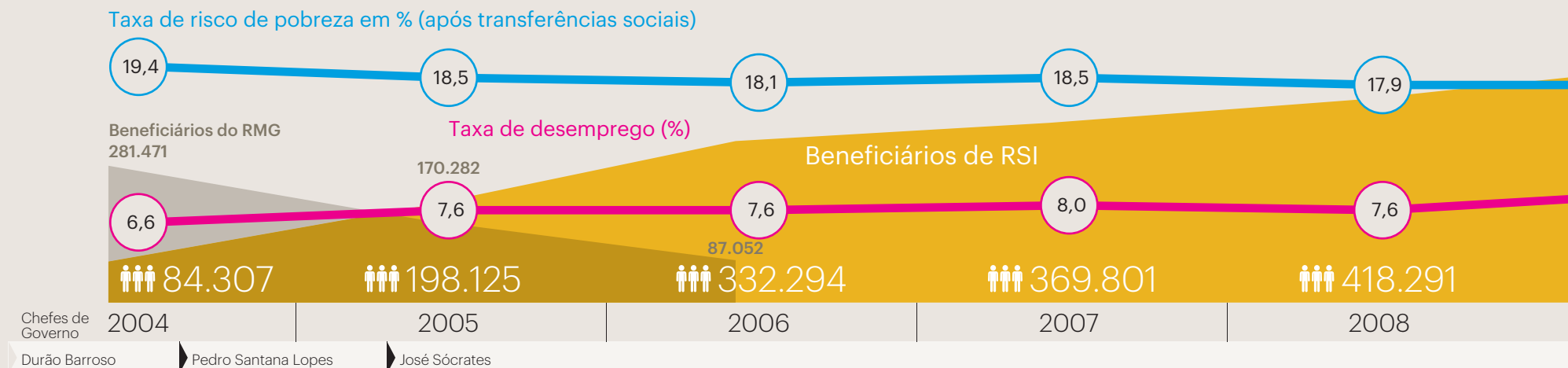
Prestações menos solidárias

ceria com o terceiro sector, comenta Cláudia Joaquim. Fá-lo via PES, Lei de Bases da Economia Social, Rede Local de Intervenção Social ou Fundo de Reestruturação do Sector Solidário. E isso, em seu entender, tem tanto a ver com desconfiança nos pobres como com confiança no terceiro sector.

“Até 1974, a intervenção social em Portugal restringia-se ao mero assistencialismo corporativista de base caritativa”, recorda. O Estado teve “sempre um papel supletivo”. Com o 25 de Abril, quis-se criar um Estado social, mas não se tinha capacidade para, de um momento para o outro, assumir “o desenvolvimento da re-

Uma década de pobreza e algumas medidas

Portugal voltou aos níveis de pobreza de há dez anos, segundo o INE. Nesta cronologia passamos em revista alguns indicadores e algumas medidas políticas com impacto na protecção social



182€ 208€ 155€

- O Rendimento Social de Inserção (RSI) aprovado em 2003 vai substituindo gradualmente o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), criado nos anos 90. As regras desta medida destinada aos mais pobres ficam mais apertadas: a recusa injustificada de “emprego conveniente” ou “trabalho socialmente necessário” por parte do beneficiário significa perder apoio. É vedado o acesso a um grande grupo de imigrantes. E há uma nova fórmula de cálculo para apuramento da situação económica do agregado que pede ajuda.

199€ 216€ 1,765

- Nasce o Complemento Solidário para Idosos (CSI) para garantir rendimentos iguais ao limiar de pobreza aos reformados que não os têm.
- O novo Governo revoga também várias alterações introduzidas em 2003 ao RMG. Por exemplo: quem pede ajuda passa a ver analisados os rendimentos dos três meses anteriores (em vez de 12 meses). Objectivo: evitar que alguém que o pede no mês em que fica no desemprego fique de fora.

223€ 18,5 172€

- Aprovado o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI 2006-2008) onde se definem estratégias para a redução da pobreza. Todos os Estados da União Europeia são obrigados a apresentar periodicamente um plano do género. Será assim até 2010, quando Portugal se compromete a reduzir em 200 mil o número de pobres.
- À medida que mais pessoas recorrem ao CSI, as regras suscitam críticas: excesso de burocracia.

222€ 230€ 56,6

Aumento do Salário mínimo
385,9€ → 403€
Governo compromete-se com aumento até 2011 para 500€, o que não aconteceu.

- São criados os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (parcerias de combate à pobreza e exclusão em territórios deprimidos).
- Novo Quadro Comunitário de Apoio – 2007-2013 (inclui Programa Operacional Potencial Humano).

231€ 1,806 182€

- Parlamento aprova uma petição da Comissão Nacional Justiça e Paz (apresentada pelo Partido Socialista) para que pobreza seja declarada violação dos Direitos Humanos.
- É aprovado o PNAI 2008-2010 (o último; depois de 2010 Estados-membros deixam de ser obrigados a apresentar).

Despesa com protecção social
23,4 Em % do PIB

Beneficiários de prestações de desemprego e valor médio
506.311
€ 500/mês

Despesa com protecção social
23,7 Em % do PIB

Despesa com protecção social
23,4 Em % do PIB

Impacto do RSI na redução da intensidade da pobreza
28% segundo um estudo encomendado pela Segurança Social

2,5€

É quanto o Estado paga por refeição servida numa das cantinas sociais do país

600€

É quanto uma IPSS pode receber do Estado por fornecer almoço e jantar a um casal com dois filhos, diariamente

de de serviços e de equipamentos sociais”. Apostou-se então nas instituições privadas sem fins lucrativos para promover políticas de solidariedade social.

O sector cresceu muito nos últimos 30 anos, até pelos vários programas de investimento em equipamentos sociais, como o Programa de Alargamento da Rede de Serviços Sociais. Com a crise, muitas instituições afligiram-se com o aumento de pedidos de ajuda. E o Governo reforçou verba, flexibilizou regras para criar mais vagas em creches e lares, financiou a rede solidária de cantinas sociais.

“Deve o poder político continuar a cortar nas prestações de solidarie-

dade, dirigidas a pessoas com menores recursos, reforçando em simultâneo as transferências para as IPSS?”, pergunta Cláudia Joaquim. “Qual o grau de eficácia das prestações sociais atribuídas directamente aos beneficiários? E dos apoios prestados indirectamente pelas IPSS aos cidadãos de menores recursos? Devem as prestações sociais e estes apoios ser complementares ou substitutivos, como parece estar a acontecer?”

E qual é a estratégia?

Os últimos dados do INE são do final do mês. Mostram que a pobreza aumentou (de 18,7% para 19,5% da população, o que significa que quase

dois milhões de pessoas viviam em 2013 com rendimentos abaixo do limiar de pobreza, que corresponde a 411 euros mensais).


Na quinta-feira, o tema foi discutido no Parlamento, num debate pedido pelo PCP, com a presença de Mota Soares. Os partidos da oposição dizem que a estratégia contra a pobreza falhou. O ministro da Segurança Social diz que não elogia o PES – nomeadamente medidas como a majoração do subsídio de desemprego para os casais sem trabalho, as cantinas, ou o banco de medicamentos... Já a Rede Europeia Anti-Pobreza diz que simplesmente não há estratégia. E está a preparar


uma proposta “que, ao longo deste ano, irá ganhando corpo”, faz saber ao PÚBLICO o presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza – Europa, Sérgio Aires.


“Por mais que este Governo queira insistir na ideia de que o PES se trata de uma estratégia, é falso. O PES assenta numa ideia de assistencialismo básico. Ao mesmo tempo que se corta na protecção social de Estado, põe-se em marcha este plano, em relação ao qual não se conhece avaliação, que apenas assiste”, explica Sérgio Aires. As cantinas e o seu impacto, por exemplo, não tiveram até ao momento qualquer avaliação, exemplifica.


Não é que não seja preciso prestar assistência em tempos de emergência, diz o sociólogo. “O que não se pode é chamar a isto luta contra a pobreza e muito menos uma estratégia.”


Para a proposta de “estratégia nacional para a erradicação da pobreza” lançada pela Rede Europeia Anti-Pobreza – Portugal estão a ser promovidas reuniões com ONG e associações e estão a ser pedidas reuniões com os grupos parlamentares. “Queremos também alargar isto aos cidadãos.” O documento deverá estar concluído em Outubro, a tempo das eleições. **com Andreia Sanches**

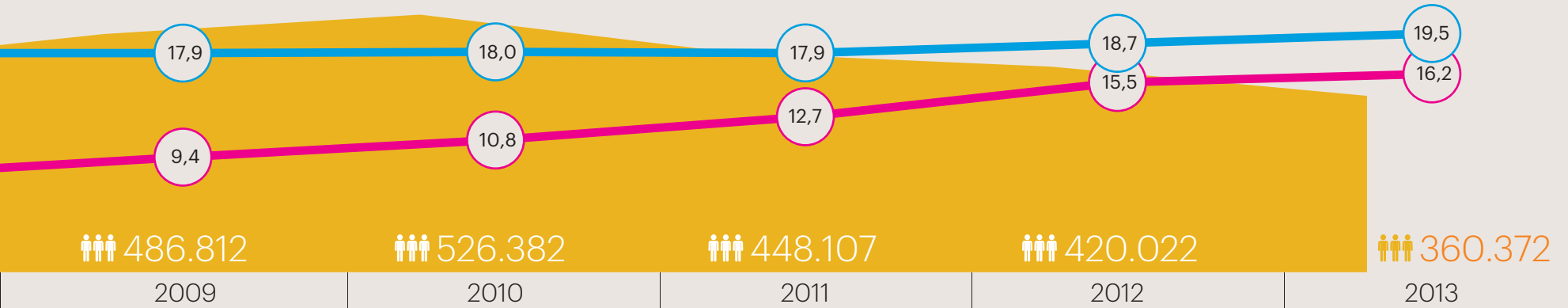
 Valor médio de RSI/família (€/mês)

 Valor mínimo das pensões de velhice e invalidez do regime geral da Segurança Social (€/mês)

 Pensão social (€/mês)

 Beneficiários do CSI (milhares)

 Titulares de abono de família (milhões)



▶ José Sócrates

▶ Pedro Passos Coelho

 240€  243€  232,8

• Aprovação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo.

 246€  246,7  1,844

• Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social.
• Novas regras de avaliação da condição de recursos das famílias tornam acesso às prestações sociais “mais restrito, resultando em menos famílias elegíveis” e na redução de montantes de apoio, na análise do Observatório das Famílias e das Políticas de Família. Abono de família é uma das medidas afectadas (fim do 4.º e 5.º escalões, fim da majoração de 25% para os 1.º e 2.º escalões...)


 242€  246€  248,7

• Assinatura do Memorando de Entendimento com a *troika*.
• Apresentado Programa de Emergência Social que prevê, entre outros: a criação de uma rede de cantinas sociais, de um banco de medicamentos, de um “mercado social de arrendamento” e o reforço dos acordos de cooperação com instituições sociais. O investimento é de 400 milhões de euros (M€), dos quais 70 milhões para descongelar em 2012 as pensões mínimas.


 214€  195€  1,296

• Governo atribui ao Programa de Emergência Social mais 200 M€
• Novas regras para subsídio de desemprego. Por exemplo: descontos necessários para aceder passam de 15 para 12 meses; tecto máximo passa de 1258€ para 1048€; diminui o tempo de concessão (26 meses); protecção alargada a trabalhadores independentes; bonificação de 20% a casais (2 desempregados) com filhos.
• Mudanças noutras prestações sociais: redução no subsídio de doença (até um mês de baixa); RSI vedado a presos preventivos e a quem detenha património (dinheiro ou imóveis) superior a 25 mil euros. Passa a ser possível pedir uma reavaliação do escalão de abono, em caso, por exemplo, de desemprego súbito.



 257€  237,8  1,277

• Baixam os valores de referência que determinam quem é elegível para RSI.
• Governo atribui ao Programa de Emergência Social mais 251 M€
Acordos com instituições sociais
 **+1,3%** Aumento de verbas

Despesa com protecção social

 **25,8**
Em % do PIB


Beneficiários de prestações de desemprego e valor médio

 **547.450**
 **475/mês**



Impacto das mudanças no RSI

Casal com três filhos:
Era elegível com rendimento até:
8118€/ano
Passa a ser se tiver menos de:
7216€

Despesa com protecção social

 **25,8**
Em % do PIB

Beneficiários de prestações de desemprego e valor médio

 **654.000**
 **513/mês**